

SOCIOEDUCAÇÃO E CULTURA: UM PANORAMA SOBRE PESQUISAS RECENTES

SOCIO-EDUCATION AND CULTURE: AN OVERVIEW OF RECENT RESEARCH

Sofia Ribeiro Garcia Souto Maior¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio

Cristina Carvalho²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio

RESUMO

Este trabalho se propõe a apresentar uma revisão de literatura de trabalhos dos últimos cinco anos a partir dos descritores “medidas socioeducativas” e “cultura”. O objetivo é compreender o lugar da cultura na prática da socioeducação brasileira e refletir sobre a real consolidação das legislações e políticas públicas sobre a temática. Investiga-se, principalmente, a existência de atividades culturais extramuros e em diálogo com o território e a relação com o princípio de incompletude institucional, exposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Como base e finalidade, defende-se o direito de adolescentes e jovens à cultura e contesta-se a constante violação no contexto brasileiro destes sujeitos nas medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Adolescentes em conflito com a lei; Cultura; Medidas socioeducativas; Socioeducação

ABSTRACT

This study presents a literature review of works published over the last five years, based on the keywords "socio-educational measures" and "culture." The objective is to understand the role of culture in Brazilian socio-educational practice and to reflect on the actual consolidation of legislation and public policies regarding this subject. The study primarily investigates the existence of cultural activities conducted outside the facility—in dialogue with the local community—and their relationship to the principle of "institutional incompleteness" outlined in the National System of Socio-Educational Care (Sinase). Grounded in the defense of the rights of adolescents and the youth, the study challenges the persistent violation of these rights within the context of Brazilian socio-educational measures.

Keywords: Adolescents in conflict with the law; Culture; Socio-educational Measures; Socio-education

RESUMEN

Este estudio presenta una revisión bibliográfica de trabajos publicados en los últimos cinco años, basada en las palabras clave "medidas socioeducativas" y "cultura". El objetivo es comprender el papel de la cultura en la práctica socioeducativa brasileña y reflexionar sobre la consolidación efectiva de la legislación y las políticas públicas en esta materia. La investigación examina principalmente la existencia de actividades culturales realizadas fuera del centro —en diálogo con la comunidad local— y su relación con el principio de "incompletud institucional" establecido en el Sistema Nacional de Atención Socioeducativa (Sinase). Desde

¹ Mestranda em Educação e graduada em Pedagogia pela PUC-Rio. Assessora técnica na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0004-9034-7098>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9948309878519435>. E-mail: sofiargarcia2013@gmail.com.

² Doutora em Educação pela PUC-Rio. Professora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5261-0474>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7155678774492000>. E-mail: cristinacarvalho@puc-rio.br

una perspectiva de defensa de los derechos de adolescentes y jóvenes, el estudio cuestiona la persistente vulneración de dichos derechos en el contexto de las medidas socioeducativas brasileñas.

Keywords: Adolescentes en conflict con la ley penal; Cultura; Medidas socioeducativas; Socioeducación.

INTRODUÇÃO

As medidas socioeducativas são estabelecidas legalmente no Capítulo IV do Título III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). A pessoa com menos de 18 anos é, segundo a jurisdição brasileira, considerada inimputável - ou seja, não recebe uma pena, e sim uma medida de segurança. O indivíduo entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, caso cometa um ato infracional - conduta análoga a crime ou contravenção penal - está sujeito ao cumprimento das medidas socioeducativas (MSE). São elas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional. As medidas de prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida são consideradas de “meio aberto”, e as de semiliberdade e internação de “meio fechado” (Brasil, 2006).

Em 2012, é instituído por lei o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (Brasil, 2012). A política orienta todos os processos relacionados à MSE, desde a apuração e julgamento até sua execução nas unidades competentes. Sendo subsequente ao ECA, o Sinase se estabelece sobre as bases da doutrina da proteção integral, aprofundando-as. A doutrina da proteção integral surge no plano internacional no final da década de 1980 e defende crianças e adolescentes como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento e sujeitos de direitos (Oliveira, 2022), sendo fundamental para a redação do ECA.

Além disso, a fim de tentar superar o modelo de instituição total (Goffman, 2015), o Sinase fundamenta-se no princípio da incompletude institucional. A ideia é que a instituição não consegue atender todas as demandas e necessidades do adolescente e do meio social, necessitando, assim, de um diálogo e inserção em rede com outras instituições, serviços e programas (Garutti e Oliveira, 2017).

No caso da socioeducação, o documento do SINASE institui o eixo 6.3.4, referente a “Esporte, Cultura e Lazer”. Nele, são apontados parâmetros que afirmam o papel das instituições e programas de execução de medida socioeducativa enquanto responsáveis por propiciar acesso a programações e atividades culturais e artísticas. Além disso, é exigido que sejam previstas no projeto político-pedagógico, no caso das unidades de internação, e nos Planos de Atendimento Socioeducativos, como exposto no art. 8º da Lei do Sinase (Brasil, 2012).

Assim, entende-se que, a fim de atender o princípio da incompletude institucional no eixo referente à cultura, as unidades socioeducativas, sobretudo as de meio fechado, devem proporcionar atividades externas à instituição. Em consonância com o SINASE está o conceito de Cidadania Cultural (Chauí, 1992). Marilena Chauí defende o direito à cultura através de diversos direitos, incluindo a apropriação dos meios culturais existentes, a participação no fazer cultural, o usufruto dos serviços culturais e o espaço à reflexão. Como exposto por Minervini (2025), em diálogo com Chauí, o Estado é um agente criador e garantidor do direito à cultura, sobretudo através da interação com outras áreas e das políticas públicas.

A revisão de literatura aqui apresentada advém de uma dissertação de mestrado que investiga a afirmação do direito à cultura dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) em meio fechado (privação ou restrição de liberdade) na cidade do Rio de Janeiro. Mais especificamente, o objetivo da pesquisa é considerar o parâmetro de incompletude institucional, estabelecido pelo Sinase, em relação com o direito à cultura, através da análise de visitas externas a equipamentos culturais realizadas pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), responsável pelas medidas de internação e semiliberdade no Estado do Rio de Janeiro. Assim, a revisão de literatura busca identificar o panorama atual das pesquisas sobre o sistema socioeducativo brasileiro e a presença – ou ausência – de debates sobre a cultura nesses estudos.

METODOLOGIA

A revisão de literatura, conforme apontado por Motta-Roth e Hendges (2010), é uma ferramenta essencial para se ter um panorama sobre o que é produzido na área de interesse, de forma a situar a pesquisa no campo e criar pontos de vínculo com os demais trabalhos realizados. Para esta revisão, a intenção foi realizar um diálogo e possíveis tensionamentos com o que está sendo produzido nas pesquisas sobre medidas socioeducativas e, sempre que for pertinente, fazer uma ponte com o recorte do direito à cultura. Para tanto, foram considerados os trabalhos dos últimos cinco anos, entendendo que, por ser uma tarefa tradicional à pesquisa acadêmica, os trabalhos encontrados também trazem em si perspectivas de escritos anteriores e a importância de se considerar os estudos mais recentes e atualizados entre uma quantidade extensa de informação (Nunes *et al.*, 2025).

Ainda com relação à revisão de literatura, foi realizada a partir da plataforma EBSCOhost, uma base de dados que reúne outras bases comumente utilizadas, como o SciELO, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, entre outros, possibilitando a consulta a diversas bases

em uma única busca. Para a busca, realizada em abril de 2026, os descritores cultura AND medidas socioeducativas foram elencados, buscando, assim, obter uma visão macro da área. Além disso, foram considerados apenas os trabalhos escritos em língua portuguesa, com o objetivo de entender como as iniciativas se articulam no contexto socioeducativo brasileiro e se/como os direitos estão sendo garantidos (ou violados).

Nessa pesquisa, 37 resultados foram identificados, sendo três duplicatas, totalizando 34 trabalhos. A avaliação se deu apenas de artigos, trabalhos de conclusão de curso (de graduação ou de especialização), dissertações e teses, excluindo dois trabalhos que se configuraram como anais de eventos acadêmicos. Essa escolha foi feita visando a análise de trabalhos mais substanciais e completos, entendendo que os anais de eventos tendem a apresentar apenas os resumos submetidos.

Após os filtros supramencionados, 32 escritos foram inicialmente analisados de acordo com a temática. Entre eles, onze foram excluídos, pois não abordavam medidas socioeducativas, e sim temas gerais da educação ou da psicologia. Outros dois trabalhos foram desconsiderados tendo em vista que, embora tenham mencionado o contexto socioeducativo, se voltarem a uma análise focada em outros campos. Assim, 19 trabalhos foram analisados com mais atenção, buscando identificar os principais debates do campo e aproximações temáticas com a investigação a ser desenvolvida. Esses trabalhos foram lidos por completo, com o objetivo de entender aspectos em comum e divergentes entre o que é divulgado no campo e com a pesquisa.

Destaca-se que nenhuma tese compõe o universo selecionado, indicando uma lacuna no campo de produção do conhecimento de forma mais robusta e sistematizada. Foram considerados 11 artigos de periódicos científicos, cinco dissertações de mestrado e três trabalhos de conclusão de curso.

COMO ESTUDAR A SOCIOEDUCAÇÃO?: A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIEDADE

As medidas socioeducativas configuram-se como um campo interdisciplinar, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Sinase, comumente estudado por áreas como Direito, Serviço Social, Psicologia, Educação, Ciências Sociais, entre outros. Tal aspecto fica evidente na revisão realizada, que indica também a preponderância de certas áreas. A partir da análise da formação dos autores, das revistas publicadas e do teor do texto, seis deles são identificados como pertencentes à área da Psicologia. Os temas levantados são diversos: violações

de direitos (Costa, Alberto e Silva, 2022; Malaquias, 2023); adolescentes mães (Gomes, 2024); a escuta, desejo e demais temas da área da Psicanálise (Pereira, 2024; Noya, 2021; Von Porster e Gurski, 2023). Outros cinco trabalhos são do campo do Direito, englobando: justiça restaurativa (Alves, 2024); políticas para egressos (Zinn e Costa, 2025); mecanismos do Sinase (Peixoto, 2021); ações do Poder Legislativo (Costa e Almeida, 2023). Em relação à área da Educação, onde esta pesquisa está localizada, três trabalhos foram identificados: atividades culturais e políticas para egressos (Silva, 2024); socioeducação e pedagogia da indiferença (Freitas, 2022); práticas pedagógicas (Nogueira, Pereira e Oliveira, 2021). Outros dois foram identificados a partir da interdisciplinaridade entre o Direito e a Educação (Rodrigues, 2022; Neves, 2022).

Esses apontamentos, ainda que iniciais, evidenciam como as áreas do Direito e da Psicologia estão presentes no campo, enquanto as demais, igualmente importantes, ainda não possuem um quantitativo de pesquisas em relação às medidas socioeducativas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao abordar as medidas socioeducativas, é importante considerar sua contextualização sócio-histórica e a mudança na legislação e na prática brasileira ao longo dos séculos. Freitas (2022), ao debater sobre a presença de uma pedagogia da indiferença, traz a cultura menorista e o cenário anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente como base para o cenário que encontramos atualmente em unidades socioeducativas. O autor defende que há ainda uma herança da doutrina da situação irregular no atendimento atual, que é realizado de forma adultocêntrica e discriminatória, que busca moldar o adolescente à estrutura social existente, em vez de entendê-lo como um sujeito com suas singularidades.

Silva e Diogo (2023), ao realizarem uma revisão de literatura sobre a temática no campo da Assistência Social, discutem o fator racial dentro do sistema socioeducativo e sua seletividade. Os autores levantam dados sobre o modo como o alto índice de jovens negros mortos e encarcerados — no sistema socioeducativo e no sistema prisional —, e demonstram alguns dos efeitos do racismo na dinâmica social.

Von Porster e Gurski (2023) trazem a “dimensão sociopolítica do sofrimento”. Também abordando o histórico da situação de jovens e conflito com a lei no Brasil, as autoras discutem a questão de cada jovem ser tratado e escutado em sua singularidade, sem receberem termos taxativos e imutáveis. Pereira (2023) dialoga com as autoras utilizando-se também do arcabouço da psicanálise. Noya (2022), também no campo da psicologia, se situa no mesmo cenário e agrega o conceito de protagonismo juvenil como uma etapa da conscientização dos adolescentes. As três

pesquisas compreendem que os adolescentes podem ser responsabilizados e tomar consciência de suas ações quando o trabalho socioeducativo é feito a partir da escuta e da valorização dos sujeitos, entendendo o contexto social em que estão inseridos.

Alves (2024) apresenta a justiça restaurativa como uma possibilidade alternativa ao sistema jurídico tradicional na responsabilização dos adolescentes. Nessa abordagem, o contexto do adolescente é considerado em sua completude e em sua individualidade, buscando uma responsabilização compatível com as condições sociais postas. Rodrigues (2022) investiga a importância do caráter pedagógico da medida e sua diferenciação com a pena, aplicada no sistema penal adulto, frisando a necessidade de diferenciar as particularidades dos adolescentes e o trabalho intersetorial para sua reinserção social.

Em relação às tipologias das medidas socioeducativas, classificadas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) e meio fechado (internação e semiliberdade), diferentes pesquisas são produzidas com olhares específicos a cada modalidade. Ainda que o Sinase e demais normativas indiquem a preferência pelas medidas em meio aberto, já que podem proporcionar maior integração familiar e comunitária, o Brasil possui um índice alto de adolescentes em cumprimento de MSE em meio fechado.

Costa, Alberto e Silva (2022) analisam a medida de internação, buscando identificar as violações de direito cometidas. Denunciando a falta de investimento na política socioeducativa, as autoras situam as violências existentes em uma estrutura que se estende para além dos muros das unidades, privando os jovens periféricos de direitos fundamentais como saúde, educação, cultura e lazer. Elas pontuam, assim como Peixoto (2021) e Malaquias (2023), como o caráter punitivo é reforçado em detrimento do pedagógico, intensificando o controle estatal sobre a vida dos adolescentes.

Gomes (2024) segue em uma perspectiva próxima, mas com enfoque nas meninas mães dentro do sistema. A partir de entrevistas com internas e com egressas do sistema, a autora explora violações permeadas pelo patriarcado.

O estudo realizado por Costa e Almeida (2023) e Malaquias (2023) aborda a garantia dos direitos a partir de uma perspectiva político-partidária, voltada à análise dos poderes legislativo e executivo e o recrudescimento de políticas conservadoras que tiveram início nas eleições presidenciais de 2018. Os trabalhos discutem como, em esferas de gestão governamental, medidas foram tomadas buscando endurecer o sistema socioeducativo, com o objetivo de torná-lo mais punitivo.

Concentrando-se no eixo da cultura, Teixeira e Chotolli (2022) discutem a relação de jovens em conflito com a lei com a arte e a estética. Focada em adolescentes do meio aberto — diferentemente do que a investigação aqui proposta pretende realizar — entrevistas com os jovens expressam sentimentos, afastamentos e afinidades com equipamentos culturais locais e com conceitos do campo da arte. Os adolescentes da pesquisa, entre 15 e 18 anos, estão em situação de distorção idade-série na escola, mas inseridos na instituição e cumprindo medida de liberdade assistida.

Com relação às experiências culturais, os pesquisadores indagam sobre a concepção deles acerca de conceitos como cultura, criação artística e também sobre hábitos. Os resultados da pesquisa apontam que grande parte da visita a equipamentos artísticos e culturais foi realizada a partir de iniciativa da escola, o que aponta conformidade com outras pesquisas da área. Além disso, os adolescentes dizem frequentar espontaneamente espaços ligados ao lazer e ao esporte, mas poucos espaços propriamente de cultura, indicando uma falta de vínculo com o território e sentimentos de desvalorização de locais voltados à juventude.

Silva (2023) traz, em sua dissertação, um estudo sobre políticas públicas para egressos do sistema socioeducativo, baseando-se na valorização de vivências culturais através do hip-hop. A autora utiliza metodologias autobiográficas e análises de materiais produzidos por ela e por outros egressos do sistema e traz três projetos ligados à produção de poesia e literatura por esse público. Em alguns resultados, voltados ao diálogo com as temáticas de arte e cultura, a autora indica como o incentivo a carreiras artísticas - cantores, “MCs”, entre outros - contribui para a transformação de perspectiva dos jovens e para o rompimento de práticas ligadas ao ato infracional, evitando a reincidência.

Zinn e Costa (2025) também trazem uma discussão sobre os egressos e sobre fatores de reincidência. A pesquisa discute a importância da inserção do jovem no sistema educativo e no mercado de trabalho, além de levantar hipóteses sobre razões que podem levar ao cometimento do ato infracional. Ainda que defenda a consolidação de políticas públicas e de acompanhamento dos jovens egressos, a relação com a arte e a cultura não é tratada diretamente no trabalho, deixando em aberto um campo a ser explorado em outras pesquisas.

Ribeiro (2023), a partir do referencial da Administração Pública, apresenta como quase a metade dos Estados brasileiros não possui programas de acompanhamento de egressos. Além disso, debate sobre a polissemia do conceito de reincidência. O autor está em consonância com as outras pesquisas aqui apresentadas (Silva, 2023; Zinn e Costa, 2025) e defende a construção de políticas públicas mais eficientes em relação à temática.

Pigatto (2022), ao teorizar sobre a criação de indicadores no sistema socioeducativo, ressalta o eixo de cultura exposto do Sinase como um ponto fundamental ao ser considerado durante o cumprimento da medida socioeducativa, contribuindo para a formação dos jovens e como ponto fortalecedor da autoestima e das perspectivas de vida dos adolescentes. O autor se debruça sobre atividades que ocorrem no interior da unidade de internação ou semiliberdade, sem considerar atividades culturais que possam ocorrer extramuros e que valorizam o aspecto da incompletude institucional.

Em termos de metodologia, Nogueira, Pereira e Oliveira (2021) fazem uma análise documental relacionada às unidades de internação do Estado de São Paulo. Os autores analisam documentos como Regimento Interno, Plano Político Pedagógico e outras orientações em busca de analisar práticas pedagógicas. Neves (2022) também se utiliza desta metodologia e reflete sobre a produção dos documentos no contexto socioeducativo e na rede intersetorial. Assim como na pesquisa a ser desenvolvida, os documentos são entendidos como importantes guias para a prática no dia a dia das unidades.

Como análise geral dos resultados encontrados, é possível perceber que poucos trabalhos têm a cultura como tema principal, ainda que alguns façam diálogo com a área, indicando um teor de originalidade na investigação, que busca dialogar e ampliar os achados de estudos já existentes no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte dos trabalhos (dez entre os 19) se debruça a investigar o meio fechado, indicando uma lacuna na pesquisa sobre o serviço de medidas socioeducativas em meio aberto. De forma geral, os trabalhos reconhecem e valorizam o percurso sócio-histórico das medidas socioeducativas e da legislação sobre o tema, de forma a contextualizar e entender como se dão as práticas hoje no Brasil, com um olhar atento às dinâmicas estruturais da sociedade, o que os conecta fortemente ao campo das Ciências Humanas e Sociais.

Os trabalhos também defendem a consideração da subjetividade dos adolescentes e denunciam violações de direito, ressaltando a importância do sentido educativo dentro da socioeducação, questionando a dimensão punitiva. Além disso, ao mesmo tempo, jogam luz sobre a incapacidade do Estado de garantir direitos básicos a uma parcela da população, que se insere em contextos de vulnerabilidade social e caracteriza a maior parte do público contemplado pelo atendimento das MSE, enquanto investe recursos para reforçar um controle excessivo desses sujeitos quando já estão dentro do sistema.

A revisão de literatura reitera como a investigação a ser desenvolvida dialoga com outras pesquisas já existentes, mas se situa em uma lacuna da produção bibliográfica com poucos trabalhos, com o objetivo de discutir o direito à cultura dos adolescentes e jovens. Além disso, a realização da pesquisa dentro de um programa de Educação fortalece o campo dentro da discussão das políticas públicas, colocando perspectivas da Educação em diálogo com outras áreas, resultando em um trabalho interdisciplinar e abrangente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Mariana Marcela. **Justiça restaurativa e atos infracionais**: uma alternativa às medidas socioeducativas. 2024. 74 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/256085> Acesso em: 02 jul. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [Diário Oficial da União](#), Brasília, 16 jul. 1990.
- BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm Acesso em: 10 mai. 2026.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)** / Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.
- RIBEIRO, Lucas Barros Baptista de Toledo. Adolescentes em conflito com a lei: uma análise sobre a reincidência infracional no Brasil. **Revista Debates em Administração Pública – REDAP**, [S. l.], v. 4, n. 3, 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/redap/article/view/7621>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: relato de uma experiência institucional. In. **Cidadania Cultural em Ação - 1989-1992 - Prestação de contas da Secretaria Municipal de Cultura**. São Paulo: 1992.
- COSTA, Ana Paula Motta; ALMEIDA, Marina Nogueira de. Maioridade penal e medida de internação: olhar da Câmara de Deputados sobre os adolescentes em conflito com a lei. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 106–133, 2023. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/2294>. Acesso em: 2 jul. 2026.
- COSTA, Cibele Soares da Silva; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira; SILVA, Erlyne Beatriz Félix de Lima. Responsabilização ou Punição: violações de direitos na medida socioeducativa de internação. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 10-31, 25 abr. 2022. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812022000100010. Acesso em: 23 jun. 2026.

FREITAS, Renan Moura de. Pelo direito de sonhar: forçando fronteiras entre a socioeducação e a pedagogia da indiferença. **História e Cultura**, Franca, v. 11, n. 2, p. 186-204, dez. 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10100264.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026

GARUTTI, Selson; CÁSSIA DA SILVA OLIVEIRA, Rita. Da instituição total à incompletude institucional: tecendo redes. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 236–260, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/1132>. Acesso em: 22 jun. 2026.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GOMES, Lidiane Moreira. **Adolescente mãe em contexto de cumprimento de medida socioeducativa de internação: desafios e possibilidades**. 2023. 131 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/49338>. Acesso em: 2 jul. 2026.

MALAQUIAS, Thiago Augusto Pereira. **A Psicologia e os Direitos Humanos nas medidas socioeducativas de internação durante o governo Bolsonaro: uma revisão integrativa**. 2023. 70 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direitos Humanos na América Latina, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7294>. Acesso em: 25 abr. 2026.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 167 p.

NEVES, Maria de Santana Silva. **A instrumentalidade da educação em direitos humanos na execução da medida socioeducativa liberdade assistida: construir diálogos e garantir direitos**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/48020>. Acesso em: 15 jun. 2026.

NOGUEIRA, Rivanil Rubens; PEREIRA, Almunita dos Santos Ferreira; OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. Práticas pedagógicas na medida socioeducativa de internação da Fundação Casa (SP): análise documental. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 37–49, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/20136>. Acesso em: 2 jul. 2026.

NOYA, Maria Regina. Medidas socioeducativas e protagonismo juvenil – cenas de (des)encontros e produção de desejo. **Barbarói**, [S. l.], n. 60, p. 316-340, dez. 2022. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/barbaroi/article/view/4969>. Acesso em: 2 abr. 2026.

NUNES, Marcelo da Silva; FREITAS, Luciana Batista de; DORNELES, Pedro Fernando Teixeira; BIERHALZ, Crisna Daniela Krause. O USO DO PORTFÓLIO REFLEXIVO ONLINE – PRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Caminhos da Educação diálogos culturas e diversidades**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. e01–16, 2025. DOI: 10.26694/caedu.v7i2.6964. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/6964>. Acesso em: 2 jul. 2026.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Os direitos de crianças, adolescentes e jovens nas constituições estaduais brasileiras: análise comparativa à luz da doutrina da proteção integral. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 16, 2022. DOI: 10.5020/2317-2150.2022.11736. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/11736>. Acesso em: 2 jul. 2026.

PEIXOTO, Roberto Bassan. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 11, n. 27, p. 134–149, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7155>. Acesso em: 16 abr. 2026.

PEREIRA, Samuel Ted Almeida de. **A irrealização decolonial do crime e o laço social em João Pinheiro**: medida socioeducativa em meio aberto. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/49130>. Acesso em: 16 abr. 2026.

PIGATTO, Richard Monteiro. **Indicador de monitoramento e avaliação de programas de atendimento socioeducativos oferecidos em estabelecimentos educacionais de internação para adolescentes em conflito com a lei**. 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Métodos e Gestão em Avaliação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/247343/PMGA0067-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 28 abr. 2026.

RODRIGUES, Carolina de Sousa. **A importância do caráter pedagógico das medidas socioeducativas**. 2022. 59 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/cf7133ff-5956-4623-a594-4b0469730f0b>. Acesso em 2 jul. 2026.

SILVA, Antonia Elenizia da; DIOGO, Ivan Jeferson Sampaio. Jovens negros em conflitos com a lei: uma revisão bibliográfica sob o olhar da assistência social. **Humanidades & Tecnologia (Finom)**, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 1-23, 1 dez. 2023. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/viewFile/4191/pdf. Acesso em: 18 abr. 2026.

SILVA, Ravena do Carmo. **Liberdade cantou! E agora? Um estudo dos (as) egressos/as e das políticas públicas do sistema socioeducativo do Distrito Federal**. 2023. 96 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/48713>. Acesso em 6 abr. 2026.

TEIXEIRA, Débora Isabelle de Vasconcelos; CHOTOLLI, Wesley Piante. Representações culturais de jovens em conflito com a lei. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 147-174, 2023.

VON PORSTER, Fernanda da Silva; GURSKI, Rose. Notas Psicanalíticas acerca da construção da responsabilização subjetiva de jovens em cumprimento de Liberdade Assistida. **Clínica & Cultura**, São Cristóvão, v. 9, n. 1, p. 112-132, jan. 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/262194>. Acesso em 18 mai. 2026.

ZINN, Robson Luis; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Medidas socioeducativas e políticas públicas de acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema penal juvenil como recurso para evitar o fator reincidência. **Argumenta Journal Law**, Jacarezinho, n. 47, p. 329-352, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/1237>. Acesso em: 15 mai. 2026.

Submetido em: 02 de jun de 2026.

Aprovado em: 03 de ago de 2026.

Publicado em: 30 de ago de 2026.